

TEORIA A PARTIR DA (SEMI) PERIFERIA? AS INTERPRETAÇÕES DE WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS E JESSÉ SOUZA SOBRE A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E O GOLPE DE 2016

Theory from the (semi) periphery? The interpretations of Wanderley Guilherme dos Santos and Jessé Souza on the crisis of brazilian democracy and the 2016 coup

Marcos Abraão Ribeiro

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Docente do Instituto Federal Fluminense -IFFluminense – campus Campos Centro -RJ.

Roberto Dutra

Doutor em Sociologia pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha. Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

Resumo

Este artigo compara as interpretações de Wanderley Guilherme dos Santos (2017) e Jessé Souza (2016) sobre a crise da democracia brasileira e o golpe de 2016, que destituiu Dilma Rousseff (PT). Analisamos suas obras, *A democracia impedida* e *Radiografia do golpe*, para mostrar que, apesar do objetivo comum de oferecer uma teoria global e uma visão moderna da política brasileira, só Wanderley Guilherme atinge plenamente esses objetivos. Sua obra equilibra teoria e história, evita o dualismo tradicional entre política e sociedade, inclui rupturas democráticas internacionais, desconstrói essencialismos nacionais, e adota uma visão crítica, descolonizada e não teleológica da democracia. Além disso, teorização sobre o golpe parlamentar possibilita compreender o fenômeno político em países periféricos e centrais.

Palavras-chave: golpe de 2016; teoria social e política; autoritarismo; pensamento político brasileiro

Abstract

This article compares the interpretations of Wanderley Guilherme dos Santos (2017) and Jessé Souza (2016) on the crisis of Brazilian democracy and the 2016 coup that removed Dilma Rousseff (PT) from office. A thorough examination of their works, *A democracia impedida* and *Radiografia do golpe*, reveals that, despite their shared objective of providing a comprehensive theory and a contemporary perspective on Brazilian politics, Wanderley Guilherme is the sole author who successfully accomplishes these aims. His work achieves a balance between theory and history, avoids the traditional dualism between politics and society, includes international democratic ruptures, deconstructs national essentialisms, and adopts a critical, decolonized, and non-teleological view of democracy. Moreover, theorizing about the parliamentary coup facilitates comprehension of the political phenomenon in both peripheral and central countries.

Keywords: 2016 coup; social and political theory; authoritarianism; Brazilian political thought

Introdução

As jornadas de junho de 2013 e, especialmente, a retirada da presidente Dilma Rousseff (PT) do poder em 2016, fizeram com que nossos intelectuais voltassem a atenção para a compreensão de mais uma ruptura democrática no Brasil republicano. O golpe parlamentar demonstraria como o caso brasileiro seria marcado por um reiterado autoritarismo em seu sistema político, que sofreria um déficit quando comparado às supostamente autênticas democracias representativas das sociedades do Atlântico Norte (Dutra; Ribeiro, 2021).

Assim, interpretações contemporâneas do país tiveram como ponto de partida as tradicionais explicações sobre o autoritarismo político que se dividem entre a herança ibérica deixada pela colonização portuguesa e a aquela dos quase quatro séculos de escravidão (Ribeiro, 2020). Essas perspectivas possuem como núcleo a tese de que o Brasil possui um déficit estrutural em suas instituições e na organização de suas classes sociais quando comparado às sociedades efetivamente modernas e centrais, pois seria marcado por uma irreduzível singularidade (Tavolaro, 2014). Precisamente, essas leituras explicam a retirada da presidente eleita por 54,5 milhões de votos nas eleições presidenciais de 2014 como resultado do atávico atraso político brasileiro (Dutra; Ribeiro, 2021).

Nesta mesma língua da tese da singularidade, o processo de apropriação do Estado por interesses pessoais, que desvirtua o constitucionalismo e o regime representativo, seria elucidado por meio do conceito de patrimonialismo, que circunscreve uma força tradicional de dominação política que se torna o grande entrave para a modernidade política se institucionalizar plenamente no Brasil. Como pressuposto da singularidade que conforma nosso *atraso* político, há o nacionalismo metodológico porque a compreensão da ruptura democrática - e do autoritarismo subjacente - seria possibilitada exclusivamente pela história nacional, isto é, pela persistente herança do passado tradicional na *precária* modernidade brasileira.

Ao analisar o PPB (Pensamento Político Brasileiro), Lynch (2016) argumenta que os analistas das questões políticas nacionais tiveram como pontos principais caracterizar o atraso e a especificidade da periferia. Essa postura está relacionada, fundamentalmente, com a internalização e a naturalização do atraso e da subalternidade: “O resultado foi um ‘estilo periférico’ de redação e argumentação que contrasta singularmente com aquele, ‘cosmopolita’ ou ‘universal’, que caracteriza as obras canônicas da teoria política europeia” (Lynch, 2016, p.83). Como decorrência, as interpretações do PPB - classificadas como pensamento e circunscritas às fronteiras nacionais (Lynch, 2013) - possuem um entrave estrutural para produzir teoria. Assim, as leituras do autoritarismo como fenômeno tradicional incorporam acriticamente a filosofia eurocêntrica da histórica e a suposta inferiori-

dade da produção periférica (Lynch, 2013). Essas interpretações reproduzem a colonialidade do saber (Quijano, 2005) e naturalizam a subordinação estrutural na geopolítica do conhecimento.

O conceito de patrimonialismo foi bastante difundido entre clássicas leituras do Brasil, como podemos atestar por meio das obras de Sérgio Buarque de Holanda (1995), Raymundo Faoro (2008), Antonio Paim (1998), Fernando Henrique Cardoso (2003), Fernando Uricoechea (1978), Florestan Fernandes (1975) e Simon Schwartzman (1975), que demonstram como a mobilização do conceito foi bastante difundida entre nossos intérpretes (Ribeiro; Dutra, 2021) uma vez que “A utilização dos conceitos oriundos da sociologia política weberiana, como patrimonialismo e neopatrimonialismo, tem como pano de fundo demarcar o “atraso” e a singularidade que supostamente seriam marcas decisivas do Brasil contemporâneo” (Ribeiro; Dutra, 2021, p. 394). Como consequência, a apropriação que é feita da teoria weberiana demarca a racionalidade ocidental e moderna como um télos imanente em direção a um futuro previsível (Sell, 2013).

Precisamente, as leituras tradicionais do autoritarismo brasileiro reduzem a modernidade política à democracia e circunscrevem sua realização aos países cêntricos. Nesse sentido, o grande desafio para a análise crítica da utilização do conceito de patrimonialismo é ultrapassar as demarcações em torno da inadequação da leitura de Weber no Brasil em favor de uma crítica do caráter colonial da modernidade (Regatieri, 2021, p. 221).

Autores contemporâneos, por sua vez, retomam teses dos clássicos do PPB, mas de uma forma acrítica, deixando como pressuposto a ideia de que eles são tão notórios que não carecem de qualquer sistematização explicativa em sentido crítico. Como argumentam Chaloub e Lima (2018, p. 26), essas interpretações contemporâneas reiteram, de modo aberto ou implícito, três formas de dualismo, quais sejam: distinção cerrada entre Estado e sociedade; contraposição entre o arcaico e o moderno e separação estrita entre as dimensões interna e externa. Como decorrência, o patrimonialismo seria a gramática política decisiva para explicar a vida política brasileira e a guinada autoritária que ocorreu a partir de 2016:

No patrimonialismo grassa, portanto, a corrupção – e, nesse discurso difuso de notável ressonância talvez já consolidado em senso comum, o problema residiria quase que exclusivamente no Estado e em seus agentes, obstáculos para que um moderno regime de competição econômica se instaurasse entre nós. Note-se que esse discurso passou a organizar uma interpretação do Brasil capitaneada também por operadores do direito que se arrogaram em cruzados da “luta contra a corrupção” (Chaloub; Lima, 2018, p. 29).

Em caminho inverso às tradicionais explicações sobre o autoritarismo brasileiro contemporâneo estão as obras de Wanderley Guilherme dos Santos (2017) e Jessé Souza

(2016), que possuem como premissa o questionamento das leituras que caracterizam a sociedade brasileira como estruturada por uma irreduzível singularidade de caráter pré-moderno, o que faz com que o impedimento da presidente Dilma Rousseff deva ser analisado para além das gramáticas políticas pré-modernas mobilizadas para a compreensão do país¹. Precisamente, Wanderley Guilherme e Jessé Souza, cada qual a seu modo, têm como objetivo produzir teoria política e social, respectivamente, para compreender os dilemas brasileiros modernos. Tendo em vista o objetivo comum, este artigo tem como objetivo analisar de forma comparada as leituras de ambos os autores por meio do exame das obras *A democracia impedida* e *Radiografia do golpe*².

Por meio da comparação, procuramos sustentar que apenas a obra de Wanderley Guilherme consegue alcançar os objetivos de modo pleno, pois constrói uma relação equilibrada entre teoria e história; constitui uma análise que perfaz a institucionalidade política sem reproduzir o tradicional dualismo com a sociedade; estabelece exemplos internacionais que rompem com o nacionalismo metodológico e desconstrói essencialismos ou singularidades brasileiras; baseia-se em uma concepção descolonizada e não teleológica da democracia; e formula o conceito de golpe parlamentar que permite compreender o fenômeno em países periféricos e cêntricos. Para alcançarmos nossos objetivos, dividimos o artigo em três seções, que se somam às considerações finais e a esta introdução.

O autoritarismo como singularidade na política brasileira

Antes de discutir de forma comparada as teorizações de Wanderley Guilherme e Jessé Souza, vamos apresentar a interpretação de Lília Schwarcz (2019), para a qual o patrimonialismo é a semântica primordial para explicar a vida política brasileira, sendo os clássicos pilares centrais para dialogar e compreender o Brasil como ele *efetivamente é*.

Lília Schwarcz tem papel de destaque como intelectual pública na denúncia dos retro-

1 A comparação entre os dois autores se justifica pelos objetivos elencados acima e, como argumentamos no final do artigo, pelo papel desempenhado pelo trabalho de Jessé Souza como mecanismo de controle para destacar, por contraste, a teorização de alcance superior elaborada por Wanderley Guilherme e seu consequente afastamento das clássicas imagens do autoritarismo brasileiro. O resultado da comparação é, portanto, assumidamente assimétrico e coloca uma das teorias tratadas como claramente melhor do que a outra.

2 Neste artigo analisaremos a primeira edição de *A radiografia do golpe*, pois a segunda edição do livro, publicada em 2022 com o título *A herança do golpe*, é uma versão bastante modificada: “Acrescentei, na nova versão, contudo, tanto uma análise da formação de uma ‘cultura de golpes de Estado’, nos últimos cem anos, com o intuito de criminalizar a participação popular, para melhor contextualizar historicamente o golpe recente, quanto uma parte final sobre a ‘herança do golpe’ e as consequências do bolsonarismo” (Souza, 2022, p. 9-10).

cessos civilizatórios que o país enfrenta desde o golpe de 2016, mas também por procurar compreender sistematicamente o autoritarismo contemporâneo através de uma proposição multidimensional do fenômeno³. A proposta, baseada na dupla articulação do passado – herança escravista e ibérica – reitera a tese do autoritarismo brasileiro de caráter pré-moderno, que fora demarcado pelas clássicas leituras culturalistas do pensamento social e político brasileiro (Ribeiro, 2020).

Nesse sentido, a colonização portuguesa nos legou a dominação tradicional, privatista e arbitrária sobre o Estado, que se coadunou com a escravidão, resultando numa República marcada por incompletude e precariedade, como pode ser observado, por exemplo, pela cidadania seletiva (Schwarcz, 2019). A autora afirma que não há reprodução mecânica do passado, mas a *raiz autoritária* é um traço estrutural para explicar os descaminhos da política contemporânea no Brasil.

Schwarcz defende que a dominação pessoal sobre o Estado pelas elites é demonstração da persistência disfuncional do patrimonialismo no contexto moderno. Seguindo os clássicos supracitados, o patrimonialismo continua a ser a semântica para compreender o caso brasileiro. Schwarcz estabelece uma síntese entre as leituras privatistas e estatista que procuram explicar o autoritarismo brasileiro por meio da herança ibérica e daquela advinda do período escravista (Ribeiro, 2020).

Para sustentar a centralidade do patrimonialismo, a autora apresenta a origem oligárquica do parlamento brasileiro, a eleição de parentes de políticos pelos partidos, a concessão de emendas parlamentares e, sobretudo, os últimos trinta anos da política brasileira (Schwarcz, 2019). O patrimonialismo, portanto, marcaria a história nacional como gramática responsável por consolidar a forma personalista e autoritária como lidamos com o Estado no Brasil.

A ausência de delimitação entre as esferas pública e privada faz com o que o autoritarismo brasileiro tenha uma razão essencialmente distinta da modernidade política, que seria estruturada por uma organização de caráter impessoal e burocrático, na qual as esferas pública e privada estão, supostamente, afastadas e onde o constitucionalismo possui vigência plena. Precisamente, a ordem racional-legal moderna se difere da *precária, incompleta e desviante* modernidade brasileira onde o patrimonialismo entrelaça as esferas supracitadas a ponto de os interesses privados tornarem-se os fatores estruturantes de nossa vida pública. Em decorrência, a irracionalidade torna-se o pilar da lógica estatal,

3 Além da interpretação da autora, há leituras de grande relevância teórica e analítica sobre a crise da democracia brasileira e o golpe de 2016, como são os trabalhos de Luis Felipe Miguel (2019), Marcos Nobre (2020), José Maurício Domingues (2017, 2021), Christian Lynch e Paulo Cassimiro (2022). Como nosso objetivo foi demonstrar a utilização do conceito de patrimonialismo para compreender a crise contemporânea e a persistência da tese do singular autoritarismo brasileiro, utilizamos apenas o trabalho de Lília Schwarcz porque ele é exemplar para o argumento que defendemos.

pois personalismo político, conchavo, apadrinhamento e mandonismo tornam-se sobrepostos à lógica pública racional-legal:

Enfim, nesses últimos trinta anos, o Brasil não só buscou consolidar a democracia, como mudou as relações sociais. Não deu conta, porém, de deter as práticas patrimonialistas que se encontram bastante arraigadas e ajudam a explicar parte da crise que vivemos nos dias de hoje. É por essas e por outras que o patrimonialismo se mantém como um dos grandes inimigos das República, tendo o poder de solapar e enfraquecer as instituições do Estado (Schwarcz, 2019, p. 86-7).

De acordo com Regatieri (2021, p. 206), existem três campos de recepção do conceito de patrimonialismo no Brasil. O primeiro deles é aquele que mobiliza a categoria para explicar a herança ibérica e os traços que ela deixou no país. O outro, por sua vez, aponta o caráter moderno da sociedade brasileira desde o período colonial devido a sua articulação com o capitalismo mercantil europeu. O terceiro campo, por outro lado, mobiliza o patrimonialismo para destacar o amálgama entre elementos senhoriais e burguesas modernos. A interpretação de Schwarcz compõe a terceira vertente aventada pelo autor, uma vez que a sociabilidade moderna seria entrelaçada por elementos tradicionais. Apesar da composição de temporalidades, o fato é que essa leitura perfaz a sociedade brasileira como uma modernidade incompleta e desviante frente às sociedades efetivamente modernas, visto que o elemento decisivo a explicar o autoritarismo possui caráter essencialmente tradicional. Schwarcz segue a lógica normativa da recepção clássica de Weber no Brasil, que é transformá-lo em um país efetivamente moderno (Villas Bôas, 2014).

Assim, o autoritarismo é o elemento principal para compreensão dos entraves à constituição plena da democracia, cuja razão é fundamentalmente distinta da caracterização autoritária de raiz pré-moderna que molda desde o período como colônia a história brasileira: “O certo é que persistirá no Brasil um sério déficit republicano enquanto práticas patrimonialistas e clientelistas continuarem a imperar no interior do nosso sistema político e no coração das nossas instituições políticas” (Schwarcz, 2019, p. 64).

Devido à fragilidade de nossa República, o país fica vulnerável aos seus dois principais inimigos, isto é, o patrimonialismo e a corrupção (Schwarcz, 2019, p. 65). Essa confusão entre as esferas pública e privada representa um dos traços decisivos da singularidade brasileira: “Outro elemento desse “núcleo duro” é a imagem de um vínculo singular entre os domínios públicos e privados. Não raro, fala-se de uma configuração da esfera doméstica por si só diversa daquela considerada modelar da vida moderna” (Tavolaro, 2014, p. 643).

A leitura da antropóloga e historiadora reproduz premissas centrais como a interpretação do presente pelo passado, o nacionalismo metodológico (Ribeiro, 2020), a tese da singularidade brasileira (Tavolaro, 2014), a idealização da modernidade política e a

associação reducionista entre modernidade política e as democracias liberais do Atlântico Norte (Dutra; Ribeiro, 2021). A passagem pela interpretação de Lilia Schwarcz é essencial para que possamos destacar a força das clássicas imagens sobre o autoritarismo brasileiro, bem como a diferença da teorização de Wanderley Guilherme dos Santos e a surpreendente proximidade da leitura formulada por Jessé Souza com os clássicos com os quais busca romper.

Jessé Souza e o autoritarismo como persistência do passado

Jessé Souza notabilizou-se nas últimas duas décadas como um crítico ferrenho de clássicos que têm na tese da herança ibérica o pilar de compreensão dos dilemas socio-políticos brasileiros. Para o sociólogo, as interpretações que mobilizam as categorias de personalismo, familismo e patrimonialismo como dimensões singulares do país reiteram um culturalismo essencialista que dominaria tanto o senso comum quanto a reflexão acadêmica. Como consequência, o passado torna-se a instância estrutural de explicação:

Seria por conta dessa soberania do passado sobre o presente que nos confrontamos com solidariedades verticais baseadas no favor, subcidadania para a maior parte da população e abismo material e valorativo entre as classes e ‘raças’ que compõem nossa sociedade (Souza, 2003, p. 52).

A ênfase na crítica às leituras culturalistas é imperiosa para o nosso argumento sobre o seu trabalho acerca da ruptura democrática, pois poderemos sustentar que o sociólogo, ao contrário de sua intenção, segue os autores que critica ao defender que o passado é o pilar estrutural para a compreender o golpe de 2016. Retomaremos este ponto ao apresentarmos os argumentos de *A radiografia do golpe*.

Além de criticar sistematicamente as teses do personalismo e do patrimonialismo, o sociólogo teve como objetivo a construção de um paradigma teórico alternativo ao essencialismo culturalista e às interpretações fragmentadas que abdicam de explicar o Brasil em sua totalidade (Souza, 2003, p.53). Nesse sentido, formulou relevantes teorizações sobre o processo de modernização do país (Souza, 2000) e de reprodução secular de nossa abissal desigualdade (Souza, 2006). Por meio de suas leituras que combinam criativamente as teorias de Charles Taylor e Pierre Bourdieu⁴, o sociólogo tem como objetivo romper com a subalternidade estrutural das leituras culturalistas brasileiras na geopolítica do conhecimento ao produzir uma teoria crítica da modernidade periférica, cujo esforço é um dos traços mais significativos de sua obra:

4 De acordo com Jessé Souza (2003, p. 52): “A articulação da perspectiva desses dois clássicos contemporâneos permite, a meus olhos, uma reformulação muito mais sofisticada e útil do tema clássico marxista da ‘ideologia espontânea do capitalismo’, seja no centro, seja na periferia”.

Ao contrário da sociologia da inautenticidade⁵, Souza defende que temos sociedades do mesmo tipo, ou seja, a modernidade possui um caráter contraditório na periferia e no centro, que poderia ser visto através da reprodução simbólica do capitalismo. Com a teorização do sociólogo, teríamos motivos estritamente modernos para a exclusão social. Nesse sentido, Souza possui grande relevância entre nossas tradicionais interpretações, pois as mais importantes leituras têm no atraso, como vimos, o elemento decisivo a explicar os dilemas brasileiros (Ribeiro, 2019, p. 224-25).

A teoria crítica ofertada por Souza tenta conciliar a ideia de uma moralidade social substantiva - hierarquia de valores, noções de *boa vida* e do *bem* -, como fato social total que integra as sociedades modernas, com o uso desta moralidade para legitimar situações de desigualdade e dominação. Sua tese central é que a dominação e a legitimação da desigualdade só são possíveis porque se ancoram nesta moralidade comum compartilhada sobre os valores do mérito, esforço pessoal, autodisciplina e pensamento prospectivo. Desigualdade e dominação seriam explicáveis como formas específicas e seletivas de institucionalização da moralidade ocidental moderna, a qual, no entanto, também serve de parâmetro normativo imanente para a própria crítica da desigualdade e da dominação. Se esta proposta tem a vantagem de articular convincentemente esta moralidade substantiva compartilhada, num esforço bem-sucedido tipicamente parsoniano, tem também a desvantagem do exagero unidimensional de explicar tudo –inclusive a política – com base nesta combinação totalizante entre moralidade, desigualdade e dominação. A combinação destas três categorias produz uma concepção de sociedade que desconsidera sua diferenciação interna em esferas autônomas.

A partir de 2015 (Souza, 2015), suas obras tiveram como fim alcançar o grande público através de trabalhos sobre nossos clássicos, teorizações sobre as classes sociais e o racismo em sua formatação multidimensional, e leituras sobre a conjuntura política brasileira com o objetivo de promover profunda reforma moral na sociedade (Ribeiro, 2022). O sociólogo foi um crítico de primeira hora e dos mais contundentes do golpe de 2016, cuja leitura foi produzida ainda no mesmo ano e publicada no livro *A radiografia do golpe*. Jessé Souza constrói sua interpretação a partir da relação entre as ideias formuladas pela ciência e as práticas políticas, isto é, defende que as teses engendradas na Universidade de São Paulo (USP) tiveram papel funcional de validar os interesses das elites econômicas de modo a legitimar o domínio conservador e a rapina. A ênfase nas ideias é essencial, uma vez que a dominação simbólica tem o papel de fornecedora das precondições para

5 Nos trabalhos voltados, fundamentalmente, para o grande público – como *Radiografia do golpe* analisado neste artigo –, Jessé Souza substitui o termo *sociologia da inautenticidade* por *culturalismo conservador*.

os golpes no Brasil, como as teses do historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu clássico *Raízes do Brasil*. A obra de Holanda teria criado a *ciência vira-lata* e a política de igual denominação, pois suas teses foram primordiais para legitimar a hegemonia liberal conservadora por meio da reprodução do mito nacional acerca do brasileiro - baseado nas dimensões do corpo e dos afetos - em detrimento do espírito que marcaria as sociedades centrais como Estados Unidos. Em decorrência, teríamos com a obra de Holanda a reprodução do racismo científico através do culturalismo conservador subjacente à sua leitura do brasileiro como o *homem cordial* e do Estado como patrimonial, este último condenado pela população imbecilizada pelas ideias que legitimam o domínio da *elite do dinheiro* sobre o restante da sociedade. Destarte, estas teses levariam à idealização do mercado - demarcado como essencialmente virtuoso -, legitimando a dominação e a drenagem dos recursos públicos, sobretudo pelo setor financeiro. Conjuntamente, o seu próprio trabalho teria o papel de, em paralelo com o discurso religioso, *libertar* a massa da população da dominação simbólica exercida pela elite financeira.

Para sustentar sua tese sobre a relação direta entre classe e política, isto é, asseverar como o golpe foi produzido pela *elite do dinheiro* e legitimado pela classe média com o fim precípua de destruir o PT e o seu projeto de inclusão social, o sociólogo propõe a primeira caracterização do que considera a constituição de todas as classes sociais brasileiras: a pequena parcela da elite do dinheiro, que explora material e simbolicamente o restante da população; a classe média e suas frações, que detêm parcelas dos capitais econômico e cultural; a classe trabalhadora precarizada e a *ralé* - classe dos excluídos - que sobrevive abaixo da linha da dignidade (Souza, 2016).

Se a elite do dinheiro é essencialmente reacionária e a classe média e suas frações naturalizam a desigualdade, a *ralé*, por seu turno, reproduz uma condição secular de miséria material, moral e afetiva, uma vez que não incorporou a hierarquia valorativa do capitalismo e, conseqüentemente, internalizou a dominação ao se considerar vítima do próprio fracasso (Souza, 2016). A *ralé* se constitui como a classe da falta, dado que não incorporou as disposições necessárias para que seus membros fossem reconhecidos como produtores úteis, isto é, disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo, capacidade de concentração, que são valores centrais para a justificação moral do mundo moderno com os indivíduos se reconhecendo como todos iguais.

Souza defende que a elite financeira foi responsável pelo golpe, por meio do consórcio estabelecido com a grande mídia e o complexo jurídico-policial do Estado. Nesse sentido, a intencionalidade da Lava Jato era destruir o PT. A grande mídia, por sua vez, seria responsável por estruturar a dominação simbólica a partir da distorção do imaginário popular através da culpabilização exclusiva do Partido dos Trabalhadores sobre a corrupção. A análise de Souza voltou-se para o comportamento da Rede Globo, visto que a imprensa

ocupa o papel de partido político da *elite do dinheiro* por meio da imputação da corrupção apenas ao Estado e aos partidos de esquerda. O sociológico defende que a Rede Globo produziu *veneno midiático* para manipular a população brasileira com o objetivo de legitimar o golpe de 2016. Precisamente, as abordagens do Jornal Nacional sobre as *Jornadas de Junho* tinham como fim manipular a classe média para que ela não percebesse as reais intenções do golpe.

Para alcançar seu objetivo, o Jornal Nacional expôs as bandeiras antipartidos e antipolítica que seriam fundamentais para o golpe de 2016, tendo o tema da corrupção política como mote principal. Souza (2016) afirma que a manipulação midiática do tema da corrupção possibilitou que a direita procurasse se apropriar dessa pauta, juntamente com o controle de gastos e a austeridade fiscal. A criminalização do PT e de seu projeto passou a ser a meta do complexo jurídico-policial do Estado e da mídia conservadora (Souza, 2016, p. 110). Desta forma, a união entre a grande imprensa e a casta jurídica foi o fio condutor do golpe de 2016:

O juiz Sérgio Moro, que conduziu a operação, foi alçado, pela manipulação midiática, à figura política maior da direita. Devemos a ele, inclusive, o fato de a direita brasileira ter saído do armário e ter, finalmente, não apenas se assumido enquanto tal, mas também conseguido construir um discurso tão poderoso quanto o combate à desigualdade que havia se tornado a bandeira invencível da esquerda (Souza, 2026, p. 118-9).

Devido à forte pressão que seu governo sofria, a presidente Dilma Rousseff adotou um ajuste fiscal que a afastou ainda mais da base popular que proporcionou sua vitória em 2014. Ao mesmo tempo, deu legitimidade à Lava Jato e à sua bandeira anticorrupção estatal. A conjugação dos fatores acima mencionados foi vital para a tomada do poder (Souza, 2016). Como decorrência, o golpe representou o domínio da *elite do dinheiro*, o ataque à democracia e às conquistas sociais da Constituição de 1988, e a naturalização e legitimação da real corrupção brasileira existente no mercado (Souza, 2016). Para Jessé Souza, a Lava Jato, isto é, a ação do Judiciário, possui como objetivo destruir deliberadamente o PT. O sociólogo, no entanto, não examina com cuidado as ações desse poder como faz em relação às ações do Jornal Nacional da TV Globo. Apesar de expor o Judiciário como um ator vital, inexistente uma análise efetiva das ações dos seus membros, isto é, de como seus representantes se tornaram personagens decisivos para explicar o golpe de 2016.

Apesar de expor elementos da conjuntura recente que poderiam apontar para um golpe como um fenômeno político novo no país, Jessé concede um papel central para a história nacional, pois o recurso ao passado - assim como para Lilia Schwarcz e os autores que utilizam a tese do patrimonialismo para explicar o autoritarismo brasileiro - é decisiva-

vo para a interpretação da conjuntura de recessão democrática. Em decorrência, sua interpretação, assim como a de Schwarcz e dos autores duramente criticados pelo sociólogo, é presa ao nacionalismo metodológico.

Além das ideias produzidas pela ciência, Souza enfatiza as classes sociais como dimensão basilar, pois, a partir delas, demarca a singularidade brasileira como herança escravista decisiva para a formação de uma *ralé de novos escravos* que explicaria o golpe de Estado capitaneado pela *elite do dinheiro*. A herança escravista, o preconceito de classe e a recusa das políticas redistributivas são os elementos explicativos cruciais, pois as políticas redistributivas do PT conformariam a justificativa para a perseguição ao partido e, consequentemente, para o golpe.

Na análise de Souza, portanto, o passado é o elemento primordial para explicar mais um golpe na realidade brasileira. Assim como as obras clássicas que são alvos de suas contundentes críticas, a interpretação de Souza, reiteramos, baseia-se nas particularidades da história nacional para explicar a crise contemporânea. Apesar de focar elementos da conjuntura política que foram relevantes para compreender o golpe, como a PEC-37, não há na leitura do sociólogo uma efetiva abordagem analítica da dimensão institucional e da esfera política como sistema social que possui sua própria dinâmica e racionalidade.

No fundo, a ênfase de Jessé Souza na dimensão institucional e da política tem como fim sustentar seu argumento principal, isto é, que o golpe fora levado a cabo para retirar o PT e o seu projeto de inclusão das classes populares da Presidência da República pela *elite do dinheiro*, metamorfose da elite escravista e tradicionalista. Nessa perspectiva, assim como o retrato criado por Souza do marxismo como *economicismo*, as instituições e a política são o reflexo da estrutura de classes e, no caso do golpe de 2016, o resultado de um domínio direto da classe economicamente dominante sobre os atores e o sistema político.

Tomando o caso do aprendizado moral coletivo que teria ocorrido com as gerações que sucederam ao nazismo na Alemanha, responsável por fazer daquele um dos países mais democráticos do mundo, Souza aposta suas fichas numa pedagogia normativa semelhante para enfrentar os dilemas do Brasil. No caso brasileiro, o sociólogo aponta que o golpe de 2016 pode ser um caminho para que possamos, também, construir um aprendizado coletivo e estabelecer um país efetivamente democrático. Como o dilema brasileiro está circunscrito às classes sociais, de quem o sistema político é reflexo direto, o lado normativo da análise de Souza é a aposta em um aprendizado moral e político da sociedade para o qual seu trabalho parece ter um papel de *documento libertador*. A transformação da política seria o efeito deste processo de aprendizado, e não um de seus vetores predominantes. A esfera política é destituída de autonomia e subsumida à racionalidade de dominação ou de *reforma moral* espalhada pela sociedade mais ampla.

A grande falha do esforço teórico de Jessé Souza foi não ter conseguido combinar

moralidade com diferenciação da sociedade, o que o leva a entregar sempre uma sociologia unidimensional que nega a contingência dos eventos sociais de cada esfera e a própria agência humana. Guiados por uma moralidade geral, e sem autonomia para o jogar o jogo específico de cada esfera social, os atores são concebidos, para retomar a crítica de Garfinkel a Parsons, como plenos *idiotas culturais* amarrados em um circuito fechado de reprodução social. Esta falha teórica fundamental vai se mostrar na descrição determinista apresentada por Souza sobre os acontecimentos políticos recentes, nas quais a teoria não se deixa perturbar nem aprender com a contingência histórica.

A partir do argumento sobre a *reforma moral* como caminho para redenção da sociedade brasileira, é possível que observemos como sua concepção de democracia o liga aos clássicos e contemporâneos que utilizam o patrimonialismo como semântica para explicar nossa desviante democracia. É importante destacar que Jessé Souza apresenta uma definição excessivamente simples de democracia, pois não se detém em expor uma formulação teórica do termo capaz de ser pano de fundo para uma explicação moderna e de alcance global sobre as ambiguidades e contradições entre política democrática e sua *alteridade*, e que seria capaz de romper com a caracterização desviante de nossa experiência. Assim, o conceito é definido meramente como soberania popular, sem uma análise da dimensão político-institucional e de outras mediações que institucionalizam sempre de modo seletivo e combinado o imperativo da soberania popular, dado o caráter complexo da sociedade e da própria política, com estruturas e processos que destoam do ideal de poder político exercido diretamente pelo povo sobre si mesmo. A política é julgada de modo externo e com base em um critério normativo que não faz jus nem a seu funcionamento real nem às suas possibilidades de transformação. Nada mais distante, portanto, de uma sociologia política.

Apesar de se colocar como o crítico mais contundente do atavismo representado pela tese do patrimonialismo, defendemos que o sociólogo potiguar também reproduz o atavismo no seu argumento, pois a elite sempre teria um comportamento atrasado por meio da reiteração da herança escravista. Assim, Souza repete, mesmo que de um ponto de vista distinto, o atavismo que denuncia existir no *culturalismo conservador*, pois o golpe é interpretado como uma ação de razão essencialmente diversa à democracia, precisamente como herança do passado escravista. É o passado, isto é, a histórica nacional que explica o golpe que retirou Dilma do poder.

Através da leitura de Souza, teríamos o atavismo na lógica dos golpes de Estado no Brasil republicano, pois eles seriam frutos dos interesses da elite do dinheiro formada pelo Brasil escravista, que se reproduziu, reiteramos, pelo princípio da metamorfose. Para Souza, portanto, o golpe de 2016 configura-se como expressão da singularidade brasileira, isto é, ontologicamente distinto da democracia representativa. O sociólogo reitera, assim,

o pressuposto de que o país sofreria golpes por não ser um sistema efetivamente democrático.

A sociologia pública de Jessé Souza (Ribeiro, 2022) - em que pese o sentido ético de suas intervenções - representou a passagem do criticismo ao moralismo e ficou à sombra das interpretações das quais procurou se distanciar, pois reitera a força do passado através da defesa da escravidão como herança decisiva para explicar os dilemas do Brasil moderno.

A sociologia de *circuito fechado*, que reduz a política a um epifenômeno do domínio da *elite do atraso*, se combina perfeitamente a uma narrativa histórica de *viagem redonda* que descreve a evolução política como superdeterminada pela reprodução da herança social da escravidão, com raros momentos de autonomia capaz de assumir programas e rumos desviantes da estrutura de dominação social. A autonomia do sistema político e a agência dos atores políticos são conjuntamente reduzidos ao máximo. Assim, Jessé Souza oferece uma narrativa que em quase nada difere da autodescrição do Partido dos Trabalhadores para explicar e justificar seus fracassos na Nova República: atribuir os insucessos de sua política sempre a alguma *correlação de forças*, concebida em termos maleáveis e abstratos o bastante para que o fracasso político seja despolitizado e explicado pela alusão expiatória a *poderes ocultos*.

WGS e o moderno golpe parlamentar

Como estratégia argumentativa, apresentamos primeiro a interpretação de Jessé Souza que se propõe a aplicar sua sociologia como chave analítica para a compreensão do autoritarismo brasileiro e, conjuntamente, oferecer uma leitura moderna do Brasil. Contudo, procuramos, a partir da exposição da teorização de Wanderley Guilherme dos Santos nesta seção, sustentar que Souza se mantém próximo das leituras que afirma ter se afastado. Conjuntamente, conseguimos asseverar, com a comparação, a globalidade da teorização do cientista político carioca. Como afirma Lynch (2020, p. 3), Wanderley Guilherme se colocava diametralmente contra o complexo de inferioridade que tem como fim rebaixar a ambição teórica de nossas intérpretes, pois se posiciona como um teórico que utiliza a realidade empírica para testar suas hipóteses, como é o caso de sua análise sobre o golpe parlamentar de 2016.

Antes de expormos a teorização, é importante ressaltar a pluralidade temática e complexidade da obra do cientista político, que é dividida por Moreira (2020) em três períodos entre os anos de 1962 e 2017⁶, quando *Democracia impedida* foi publicado. Para o autor,

6 De acordo com Moreira (2020, p. 108): “uma primeira fase, 1962-1963, é marcada pela participação des- toante no ISEB, com fortes críticas à ideologia nacional-desenvolvimentista e à ideologia autoritária, além

o pensamento político de Wanderley Guilherme é um indicador crescente de sua preocupação com a democracia brasileira e, o que consideramos mais relevante, uma nova forma de a ciência política brasileira refletir sobre a política (Moreira, 2020, p. 109). Assim, afastou-se simultaneamente da tese da singularidade política brasileira (Dutra; Ribeiro, 2021) e do paroquialismo travestidos de universalismo de autores europeus e norte-americanos (Lynch, 2020, p. 3). Wanderley Guilherme (2006, p. 18-9) argumenta que “É da periferia que se percebem similaridades no que imaginam os cêntricos sejam fenômenos singulares, heterogêneos onde só se percebem o homogêneo, rupturas na continuidade, tradição nas últimas novidades.”

Destarte, os intelectuais periféricos possuem vantagem analítica, pois, apesar de os países centrais observarem os mesmos processos instalados por meio de complexos antifractais, apenas a partir da periferia é possível compreendê-los em sua variação combinatória (Santos, 2006, p. 19). Como exemplo de tal premissa, podemos observar o seu diálogo crítico e criativo com a teoria de poliarquia de Robert Dahl, uma vez que “(...) Santos foi capaz de dar uma contribuição importante para a teoria democrática como um todo, revelando possibilidades não antevistas pela obra dahlsiana” (Moreira, 2014, p. 295).

A teorização de Wanderley Guilherme possui argumento inovador e original sobre o golpe parlamentar, pois é demarcado como fenômeno moderno e intrínseco ao sistema democrático representativo instituído no capitalismo. O peso do processo histórico não é, como em Jessé Souza, o elemento estruturante para a explicação, pois o cientista político recusa qualquer singularidade brasileira que fosse decisiva para compreender a retirada de Dilma Rousseff do poder em 2016. Ao mesmo tempo, estabelece sua análise através de uma concepção procedimental de democracia, baseada nos seguintes pilares:

- 1.a competição eleitoral pelos lugares de poder, a intervalos regulares, com regras explícitas, e cujos resultados sejam reconhecidos pelos competidores.
2. a participação da coletividade na competição se dê sob a regra do sufrágio universal, tendo por única barreira o requisito da idade mínima (Santos, 2017, p. 25).

Essa definição permite a Wanderley Guilherme analisar sociedades centrais e periféricas sem as reproduções de juízos e valor que inferiorizam as últimas como democracias

da influência teórica do marxismo. Uma segunda fase, 1965-1989, inicia-se formalmente com a publicação dos artigos sobre a imaginação política brasileira, nos quais o autor revisa vários pontos do seu pensamento(...). Uma terceira e última fase, compreendida pelo período 1990-2017, é caracterizada pelo tema da formação da democracia brasileira, pensado ao lado de questões já abordadas no período anterior, como a formação da ordem liberal e questões novas, como as propostas de reforma política em um contexto de certo desencanto com a Nova República”.

deformadas ou incompletas, bem como o permite se afastar de uma proposição idealista e apologética de democracia que subjaz a interpretação dos autores que mobilizam o conceito de patrimonialismo e do próprio Jessé Souza, que se propõe a construir uma leitura que não estabeleça diferenças essenciais entre centro e periferia, mas que adota uma concepção simplista de democracia apenas como soberania popular. Com essa perspectiva, Santos vai além do PPB e do sociólogo, que conferem ênfase excessiva ao passado e às particularidades nacionais. Precisamente, não existe nacionalismo ou regionalismo metodológico na teorização de Wanderley Guilherme.

O primeiro elemento que vai de encontro às leituras clássicas e de contemporâneos como Jessé Souza e Lilia Schwarcz é a exposição crítica sobre o sistema democrático representativo, que não é reportado de maneira simplista, isto é, apenas como soberania popular ou como télos que o Brasil precisa alcançar no futuro após desvencilhar-se de sua herança autoritária pré-moderna. Wanderley Guilherme procurou questionar de modo sistemático as leituras que possuem uma visão teleológica e idealizada sobre a democracia que, por conseguinte, alude ao Brasil a imagem do desvio, da incompletude e do consequente déficit democrático, como a crítica neorepublicana à democracia brasileira (Moreira, 2014).

Para sustentar que o golpe parlamentar possui uma relação intrínseca com a democracia liberal e que é um fenômeno político inédito na vida democrática moderna, Wanderley Guilherme (2017, p. 11) argumenta que o regime democrático teve mais interrupções e impedimentos do que os períodos oligárquicos em países da Europa e da América Latina. Também sustenta que as democracias europeias contemporâneas, com as exceções de Suíça e Grã-Bretanha, surgiram de autocracias que foram impostas pela dominação nazista ou são nativas, bem como a Ásia e a maior parte da África são resultado de um desenho de exploração de caráter colonial: “Enfim, as intervenções atrabiliárias na vida política contemporânea são erupções imanentes à fase propriamente democrática das histórias nacionais e exprime um desarranjo dessas histórias” (Santos, 2017, p. 11). Destarte, torna-se profundamente equivocado o argumento de que o golpe parlamentar é de razão essencialmente distinta do sistema democrático, pois ocorre apenas em democracias representativas:

De todo modo, contudo, o assalto ao poder comporta surpresa e traição. Pode ocorrer em qualquer regime - monárquico, oligárquico, submetido a ditaduras civis e militares -, mas golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teleológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões substantivas (Santos, 2017, p. 12-3).

O cientista político também apresenta casos de golpes parlamentares, como aqueles ocorridos no Paraguai, em 2012, contra o presidente Fernando Lugo; e na Finlândia em 2000. Assim, o caso brasileiro não contém qualquer singularidade política ou mesmo mostra-se como paradigma: “Golpes parlamentares indicam uma modalidade de ruptura de governo, sem explícitas alterações legais, a que estão expostos todos os governos regularmente eleitos, parlamentaristas ou presidencialistas” (Santos, 2017, p. 32).

A teorização de Santos se afasta da análise do caso brasileiro e de sua especificidade, isto é, rompe com a internalização do atraso e da subalternidade existentes no PPB (Lynch, 2016). Precisamente, a teorização de Wanderley Guilherme é uma produção com ambições de validade universal enquanto interpretação teórica de um fenômeno político, reiteramos, de extração global.

O cientista político faz um paralelo entre os golpes de 1964 e 2016 para defender que argumentos como o de Souza são triviais quando defende uma relação direta entre os golpes de 1964 em 2016. Além disso, Santos (2017) utiliza o recurso à história - ausente na argumentação de Jessé Souza - para evidenciar os fatores de mudança social que foram decisivos para estabelecer a dissociação entre os golpes existentes no Brasil em 1964 e 2016, e para questionar que o golpe parlamentar de 2016 não é uma reprodução simples de uma suposta *cultura de golpes de Estado* como defende o sociólogo potiguar:

Mas, como técnica de tomada de poder, o golpe de 2016 é essencialmente distinto do de 1964, entre outras razões porque a infraestrutura da política, em 1964, era subdesenvolvida se comparada à ecologia da competição de 2016. Para efeitos da presente análise, a ecologia da política remete três poderosos indicadores: o grau de urbanização do país, o tamanho do eleitorado e a extensão da mobilização social (Santos, 2017, p. 47-8).

O recurso à história e sua abordagem teoricamente informada permitem construir uma leitura complexa da realidade nacional. Santos compara os golpes de 1964 e 2016 a partir de uma análise cuidadosa que permite apontar os elementos em comum e, ao mesmo tempo, sustentar sua teorização sobre o golpe parlamentar como elemento ambivalente da democracia representativa. Existe um cuidado expositivo no trabalho do cientista político que deixa bem demarcada a relevância de sua teorização.

Como ponto de aproximação com Souza, Wanderley Guilherme (2017, p. 33) demarca que os golpes que ocorreram no Brasil têm como alvo os governos de extração popular, isto é, os golpes de 1964 e 2016 possuem como atores importantes os conservadores que reagem à participação popular na vida pública e rejeitam as políticas sociais acentuadas. O cientista político sustenta que a recusa às ações de inclusão a partir do primeiro governo

Lula foram decisivas para a não concordância com as mudanças na base da pirâmide social. Assim, o golpe parlamentar foi uma reação às ações de inclusão levadas a cabo pelos governos do PT.

Outro elemento correlato entre os autores é o apontamento do recrutamento ideológico e a mobilização de setores inesperados da população contra um governo que tinha como mote reduzir desigualdades, e a abordagem da denúncia da corrupção sistêmica, pois semelhante a outros momentos da história brasileira - como as eleições de 1950 e 1955 - houve por parte do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do seu candidato derrotado, Aécio Neves, a não legitimação dos resultados eleitorais com os argumentos de fraude e de corrupção. Também há semelhança no argumento sobre a união entre a Operação Lava Jato e a grande mídia partidarizada com o fim precípua de destruir o PT.

Apesar de alguns elementos correlatos, a teorização de Wanderley Guilherme se afasta da interpretação das clássicas leituras sobre o autoritarismo brasileiro e daquela formulada por Jessé Souza, reiteramos, ao sustentar que o golpe parlamentar de 2016 se difere essencialmente de outros episódios golpistas da história brasileira, isto é, representa um evento político inédito no país que só pode ser explicado quando se leva em conta a autonomia e a evolução específica do sistema político, que nunca é determinado diretamente pelo jogo das forças sociais.

Para sustentar sua tese, Wanderley Guilherme apresenta vários elementos, como a modificação da ecologia política entre a década de 1960 e o Brasil contemporâneo. Para tanto, houve transformações na infraestrutura que possibilitaram canais para reivindicações, comunicações telefônicas, viagens internas, exposição ao noticiário nacional e internacional via televisão e rádio, avanços educacionais (Santos, 2017, p. 65), entre outros elementos, que apontam para uma significativa mudança social.

Ao contrário de perseguir as causas de um atávico autoritarismo, devemos procurar, com a teorização de Wanderley Guilherme, uma explicação inovadora para o golpismo no Brasil contemporâneo. O golpe parlamentar deve ser compreendido em sintonia com as sociedades capitalistas que possuem democracias representativas, pois o fenômeno político não se baseia, por exemplo, em intervenção militar e ruptura institucional como foi um dado da história dos países latino-americanos (Santos, 2017, p. 65). O golpe parlamentar, portanto, compreende um caráter essencialmente distinto dos outros golpes que ocorreram na vida republicana. Wanderley Guilherme também elabora dois argumentos centrais para sua teorização, que são muito importantes para se afastar dos clássicos do PPB e de autores contemporâneos como Lilia Schwarcz e, sobretudo, Jessé Souza. O primeiro elemento é a exposição concreta do comportamento eleitoral e das escolhas políticas dos cidadãos, e a formulação de um argumento não essencialista sobre as elites brasileiras e seu suposto comportamento atávico instituído desde o período escravista:

O exagero caricatural serve de juízo hiperbólico sobre a estagnação crônica do país, manietado pela reação conservadora, seja de sucessivas gerações políticas, desde o Segundo Império, seja por alegado e invencível estamento burocrático, vindo talvez do início da história independente nacional. Não obstante o prestígio de algumas, tomo por fúteis tais análises e dou por assente que a sociedade brasileira é contemporânea do século XXI, compartilhando com a maioria das democracias representativas os transtornos atuais, inclusive ao comboiar vestígios da oligarquia representativa, que precedeu a todas (Santos, 2017, p. 139).

O cientista político critica e recusa, portanto, as interpretações que focam no imobilismo, atavismo e essencialismo do caso brasileiro, pois elas impedem a formulação de uma explicação teórica de alcance global sobre mais uma ruptura democrática na história do país (Ribeiro; Dutra; Martins, 2022, p. 18). Nesse sentido, Santos recusa as clássicas interpretações do pensamento social e político porque eles possuem um papel de impedimento para a construção de uma explicação teórica de alcance global sobre mais uma ruptura democrática na histórica brasileira, pois reproduzem a visão etnocêntrica de que o golpe parlamentar seria demonstração de um reiterado autoritarismo que marcaria atavicamente o sistema político brasileiro.

Além da exposição de fatores que auxiliam a sustentar a novidade do impedimento da presidente Dilma Rousseff, Wanderley Guilherme também analisa a conjuntura recente - como também o faz Jessé Souza. O cientista político realiza uma sistematização dos fatores que foram primordiais, como a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação Penal (AP) 470, que deu origem ao golpe de 2016. O autor considera a Suprema Corte um ator crucial, uma vez sua postura de considerar a sua interpretação como o próprio conteúdo da Constituição, a condenação sem provas através da tese do domínio de fato e do dogmatismo jurídico foram pilares, portanto, para que o golpe parlamentar fosse engendrado:

Esta foi a AP 470: confundindo, talvez de forma deliberada, crimes de natureza essencialmente distintos, embora com materialidade idêntica (recursos reais provenientes de crime eleitoral “provando” crimes financeiros e civis), sancionou interpretações de conveniência e condenações por imputação de responsabilidade. Talvez o julgamento político mais bem documentado na história da República (Santos, 2017, p. 167-8).

Wanderley Guilherme (2017, p. 168-74) defende que o STF fraudou a lógica política e constitucional - estabelecendo fundamentos para potenciais golpes parlamentares - ao entronizar três teses consideradas esdrúxulas pelo cientista político, quais sejam: sequestro do poder constituinte do povo; disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser

culpado; imputação de possibilidade objetiva e causalidade adequada. No lugar de um julgamento fundado constitucionalmente, a AP-470 representou, de fato, um julgamento de exceção (Santos, 2017, p. 178).

Assim como Souza, Santos relaciona sistema político, Judiciário, classe média e elite. No caso da classe média, o cientista político argumenta, em sentido distinto de Souza, que os valores liberais assustam as classes médias em todos os países. Assim, o comportamento da classe média brasileira não representa uma singularidade social, mas, possivelmente, um comportamento mais agressivo por conta do seu processo histórico vazado por profundas desigualdades.

O Judiciário foi o personagem crucial para a legitimação do golpe parlamentar, mas para concretizá-lo, o acordo tácito entre a maioria do Judiciário e do Legislativo - com o apoio do empresariado - foi o fator decisivo. A imprensa, por outro lado, foi agente relevante, mas subsidiário, para a ruptura democrática: “O sequestro do poder constituinte do povo se processa por golpe parlamentar, em colusão tácita com o Judiciário e o empresariado, tendo a unanimidade relevante da imprensa como filtro do noticiário que chega às grandes massas” (Santos, 2017, p. 185). Em sentido contrário a Jessé Souza, que empreendeu grande ênfase às ações da Rede Globo como personagem fundamental, Wanderley Guilherme reconhece o papel relevante da mídia, não mas confere centralidade para a empreitada golpista como o sociólogo potiguar.

Wanderley Guilherme formulou uma teorização inovadora e original sobre o golpe parlamentar, a partir da apresentação dos elementos que o tornaram possível no Brasil através da ação do Judiciário na Ação Penal 470, bem como os personagens centrais e o papel que cada um deles ocupou no sequestro do poder constituinte. A teorização do cientista político permite que sejam realizadas pesquisas empíricas - no centro e na periferia - em que o golpe parlamentar se realiza concretamente, e onde a contingência histórica tem lugar de destaque na análise. O caso brasileiro, portanto, não perfaz qualquer desvio ou singularidade política, uma vez que os golpes parlamentares - essencialmente modernos -, constituem um fenômeno político novo derivado das tensões entre capitalismo e democracia de massas (Santos, 2017, p. 187).

Apesar de todos os elementos teóricos inovadores presentes na interpretação de Wanderley Guilherme, é importante ressaltar algumas questões que limitam a sua proposição sobre o golpe e sua análise acerca da realidade brasileira. Se a definição normativa de democracia de Jessé Souza é frágil, a caracterização procedimental de Santos tem um papel ambivalente, uma vez que o permite analisar sociedade centrais e periféricas sem juízos de valor depreciativos sobre as últimas, mas também reporta uma concepção insuficiente de democracia uma vez que, num contexto de abissal desigualdade, deveria ser vinculada a uma dimensão material de caráter substantivo, isto é, que tenha vinculação direta com

as condições sociais, pois sua concepção democrática parece ter uma reprodução independente das condições sociais vigentes:

Além disso, ao trabalhar, como vimos, com uma concepção procedimental de democracia, na qual não há necessariamente a pressuposição de qualquer equidade material entre os membros de qualquer comunidade política, WGS concebe que os direitos civis e políticos podem, de fato, organizar a ordem social por mais desigual que seja. Assim, a proposta de “constitucionalização” do território nacional atual, sugerida por ele, não parece ser capaz de solucionar totalmente o problema, pois é verdade que muitos cidadãos no país carecem ainda dos direitos mais básicos, é certo também que o enfrentamento desse cenário pressupõe também garantir as “bases materiais” para o exercício desses direitos (Moreira, 2020, p. 199).

Como observa Moreira (2014) ao analisar sua produção sobre a teoria poliárquia e a reforma política no Brasil, não existe uma resposta clara de como superar o *híbrido institucional* brasileiro na abordagem do cientista político. Também não encontramos elementos normativos articulados para enfrentar o golpe parlamentar e os retrocessos democráticos na obra analisada neste artigo⁷, como realizado, por exemplo, pelos cientistas políticos estadunidenses Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2023) em obra recente sobre crise a democracia nos Estados Unidos. Num país onde o papel do intelectual sempre foi central, esse ponto seria bastante importante na leitura teoricamente informada de Wanderley Guilherme. Para nós, no entanto, esse déficit é resultante exatamente do caráter fundamentalmente teórico que conforma a obra, que parece-nos ser o fator decisivo para que o cientista político tenha como fim a análise crítica e a proposição conceitual, deixando um tanto relegado o lado normativo. Levando-se em consideração a larga tradição de inscrição pública de nossos intelectuais, todavia, esta lacuna é um dos pontos fracos do livro de Wanderley Guilherme analisado por nós.

Considerações finais

Neste artigo, tivemos como objetivo analisar comparativamente as interpretações de Jessé Souza e Wanderley Guilherme dos Santos sobre o golpe de 2016, que foi ponto pri-

7 No final de *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*, Wanderley Guilherme (2017, p. 186-7) argumenta: “A extensão do sucesso operacional do golpe parlamentar dependerá da capacidade de mobilização e resistência dos grupos golpeados. E esta não é uma conclusão retórica e impotente, mas a advertência de que, substantivamente, o universo político é cambiante, graças à própria institucionalização do golpe, cujas políticas provocarão, de modo inapelável, a desagregação do consenso que antecedeu o lançamento da aventura golpista”.

mordial para a crise da democracia brasileira que teve como consequências a ascensão inédita da extrema direita à Presidência da República, a profunda polarização de sua população e a constante ameaça à democracia.

Ao mesmo tempo, o tema do autoritarismo voltou à ordem do dia como gramática política primordial para a compreensão do Brasil, somada à força que o conceito de patrimonialismo teve para a compreensão de nossa crise. Esses elementos são basilares para justificar a comparação que realizamos, pois o sociólogo potiguar e o cientista político carioca compartilham objetivos comuns, como a crítica aos tradicionais diagnósticos essencialistas sobre nossa vida política, o diálogo em pé de igualdade com os autores cêntricos e a produção de uma leitura teoricamente informada do Brasil que não se limita às fronteiras do país.

Contudo, a comparação também nos parece pertinente porque acreditamos que o trabalho de Jessé Souza cumpre um papel de mecanismo de controle para sustentarmos a centralidade da teorização Wanderley Guilherme quando a comparamos com as tradicionais leituras do autoritarismo brasileiro ou mesmo quando a espelhamos com explicações sobre o fenômeno autoritário nos países cêntricos, como a ameaça autoritário nos Estados Unidos (Ribeiro, 2024). A teorização de Wanderley Guilherme cumpre um papel crucial para que a produção brasileira sobre a vida política rompa com o nacionalismo metodológico e possa tencionar o lugar que ocupamos na geopolítica do conhecimento como produtores de pensamento que teria a função de compreender exclusivamente os dilemas nacionais, que, por sua vez, seriam essencialmente distintos daqueles existentes nas sociedades centrais *tipicamente* modernas. Ao aliar teoria e história, Wanderley Guilherme constrói uma teorização que permite compreender o que temos de global na crise de nossa democracia e, de modo consentâneo, o que há de particular na crise que enfrentamos.

Assim, a comparação com a interpretação de Jessé Souza nos forneceu condições de sustentar a superioridade da leitura que demonstra o caráter moderno dos dilemas brasileiros. O sociólogo, em que pese as críticas fundamentais às leituras culturalistas e essencialistas a autores do pensamento social e político brasileiro, está muito próximo deles ao defender que a elite moderna é uma metamorfose da tradicional elite escravista e que o passado é decisivo para compreendermos o golpe contra o PT, que seria resultante da perpetuação de uma atávica *cultura de golpes de Estado*. Para Jessé Souza, o golpe de 2016 seria uma reprodução do golpe de 1964, uma vez que representaria, ao fim e ao cabo, a reiteração do *sentimento escravista* e o comportamento atávico da *elite do atraso* em torno da reprodução de uma *cultura de golpes de Estado* contra os governos de extração popular. Como a ênfase analítica está na estrutura social, o sociólogo reproduz um déficit significativo na análise institucional, que simplifica o domínio de classe sobre o Estado. Sua abordagem reduz a dimensão institucional como aqueles que o autor acusa como fu-

lanizadores da corrupção.

A tese do sociólogo reitera a antiga ideia de uma estrutura unitária de dominação de classe com uma racionalidade negativa igualmente unitária que se espalha por todas as esferas sociais, negando-lhes possibilidades evolutivas autônomas e desviantes do domínio classista, e assim concebendo o problema do golpe como efeito quase necessário de uma configuração de circuito fechado, sem saída, na relação entre sociedade e política. Falta, efetivamente, uma concreta sociologia política no trabalho de Jessé Souza.

A herança da escravidão tradicionalista e a persistência do dualismo rural(tradicional)-urbano(moderno) faz com que o sociólogo reproduza as imagens do desvio, falta e incompletude frente aos países centrais também presentes nos autores que têm no essencialismo culturalista dimensão fundamental da explicação (Ribeiro, 2019). Assim como os clássicos, Jessé Souza tem o passado como dimensão central da explicação, o que o faz reafirmar as particularidades nacionais (Ribeiro, 2017). Nesse sentido, o objetivo do sociólogo de instituir uma leitura crítica e teoricamente informada do golpe de 2016 no Brasil termina, contudo, representando uma *viagem redonda*, para utilizar a metáfora de Raymundo Faoro, clássico tão criticado pelo autor⁸.

Souza também elabora uma formulação que atribui à camada intelectual força demasiada em detrimento da sociedade que é representada como se fosse indefesa frente ao domínio desses argumentos. A criatividade dos atores e das práticas sociais acaba sendo fortemente negligenciada com esta ênfase exagerada na capacidade, quase que exclusiva, da crítica intelectual reorientar os rumos da política.

O trabalho de Wanderley Guilherme, por sua vez, contribui para a ruptura com o *fantasma da condição periférica* (Lynch, 2013) que faz com que a lógica colonial seja reproduzida através da caracterização dos trabalhos no campo da ciência política como pensamento e não teoria. A teorização do cientista político é crucial para questionar o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico e o positivismo epistêmico (Ballestrin, 2013), mas também para o efetivo descentramento da teoria política amplamente concebida. Nesse sentido, seu trabalho vai além de importantes críticas à naturalização da teoria como estatuto dos países cêntricos realizadas pelo giro decolonial, pois os autores que o compõem se destacam fundamentalmente pela crítica sistemática do eurocentrismo e da naturalização da história de superioridade global dos países centrais. Contudo, como destaca Ballestrin (2013), a perspectiva decolonial não

8 Esse termo foi utilizado por Sergio da Mata para caracterizar a relação, em princípio insuspeita, de continuidade do autor com os clássicos que o sociólogo critica de modo veemente: “A teoria crítica da estratificação social trilha, a seu modo, a mesma viagem redonda de que falava Raymundo Faoro, e o ponto de fuga da crítica ao culturalismo é algo como um culturalismo de segunda ordem.” (Mata, 2018, p. 434).

avançou nas análises sobre o Brasil⁹ e na proposição de alternativas no campo da teoria política¹⁰, cujo processo de decolonização é um dos passos centrais para a decolonização do poder (Ballestrin, 2013, p. 109). Nesse sentido, a contribuição de Wanderley Guilherme é decisiva para uma crítica equilibrada à hierarquia centro/periferia na geopolítica do conhecimento e para a produção de uma teoria política periférica em pé de igualdade com os países centrais.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, p. 89-117, 2013.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALOUB, J. e LIMA, P. Interpretações do Brasil contemporâneo. **Mediações**, v. 23 n. 2, p.14-39, 2018.

DOMINGUES, J. M. **Esquerda: crise e futuro**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

_____. **Uma esquerda para o século XXI: horizontes, estratégias e identidades**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

DUTRA, R. e RIBEIRO, M. A. Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 246-273, 2021.

9 Sobre o caso brasileiro, Ballestrin (2013, p. 111) argumenta: “Entretanto, uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana.

10 De acordo com Ballestrin (2013, p. 110-11): “E, de fato, alguns textos esbarram na romantização dos oprimidos e explorados, apologia do sujeito autóctone/original, desconstrutivismo paralisante e saída do próprio campo científico que está em disputa. Outro ponto problemático é certa ausência de elaboração e preocupação com a teoria democrática no espectro da modernidade/colonialidade”.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo, Ed. Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como salvar a democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

LYNCH, C.E.C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

_____. Cartografia do pensamento político brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 75-119, 2016.

_____. Um pensador da democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 63, n. 1, p. 75-119, 2020.

LYNCH, C.E.C.; CASSIMIRO, P.H. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo, Contracorrente, 2022.

MATA, S. A viagem redonda de Jessé Souza. **Sociologias**, n. 47, p. 424-437, 2018.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: Da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MOREIRA, M. S. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 293-323, 2024.

_____. **O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos**. Curitiba: Appris, 2020.

NOBRE, M. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

PAIM, A. **A Querela do Estatismo**. Brasília: Senado Federal, 1998.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, p.117-142, 2005.

REGATIERI, R. P. Patrimonialismo: O debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.9, n.23, 204-227, 2021.

RIBEIRO, M. A. O golpe de 2016 e os dilemas do Brasil contemporâneo: as interpretações de Jessé Souza e José Maurício Domingues em perspectiva comparada. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v.9, n.1, p. 15-51, 2017.

_____. Para além da sociologia da inautenticidade? Um diálogo com Jessé Souza. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 29, p. 223-272, 2019.

_____. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 358-373, 2020.

_____. O racismo multidimensional de Jessé Souza e a leitura unidimensional do Brasil. **Sociologias**, ano 24, n. 61, p. 394-410, 2022.

_____. Muito além do excepcionalismo da teoria da modernização: a crise da democracia nos Estados Unidos e o autoritarismo como gramática da modernidade política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.43, p. 1-8, 2024.

RIBEIRO, M. A.; DUTRA, R. Neopatrimonialismo, diferenciação funcional e a relação centro-periferia revisitada. **Política & Sociedade**, v. 19 - nº 46, p.387-422, 2020.

RIBEIRO, M. A.; DUTRA, R.; MARTINS, M. L. Para além do atraso e singularidade: a atualidade do pensamento social e político brasileiro. **Terceiro Milênio - Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 18, n. 1, p. 7-28, 2022.

SANTOS, W. G. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZMAN, S. **São Paulo e o Estado Nacional:** Difel, 1975.

SELL, C. **Max Weber e a racionalização da vida.** Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro** Brasília: UnB, 2000.

_____. 2003. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, n. 59, p. 51-74, 2003.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

_____. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado.** São Paulo, LeYa, 2016.

_____. **A herança do golpe** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

TAVOLARO, S. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, n. 3, p. 633-73, 2014.

URICOECHEA, F. **O Minotauro Imperial: A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX** Rio de Janeiro, Difel, 1978.

VILLAS BÔAS, G. A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-33, 2014.